

MENSAGEM N.º 70/2019

**Senhor Presidente,
Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de encaminhar para apreciação e deliberação nesta Casa de Leis o Projeto de Lei n.º 70, de 12 de Dezembro de 2019, que **“Autoriza o Poder Executivo a receber em Permuta uma gleba de terras, que menciona e dá outras providências.”**


Referido projeto visa o recebimento pelo Município de Iturama, de uma gleba de terras rural, localizada na área de expansão urbana deste Município e Comarca de Iturama, com área de 0.29.36ha, de propriedade da COMUNIDADE MAR A DENTRO, matriculada no SRI local sob nº 14.411, tudo conforme croqui e Memoriais Descritivos que ficam fazendo parte integrante desta Lei, e **em permuta**, o Município custeará a obra de um alambrado no imóvel de propriedade da referida Comunidade, composto de um muro divisório com bloco de concreto aparente E = 15 cm, H = 2,20 m, inclusive sapata de concreto armado FCK = 15 MPA, 50 x 55 cm.

O imóvel ora permutado será afetado como bem de uso comum do povo e será utilizado para prolongamento de Avenida interligando os Bairros Morada do Sol, Cidade Nova e Bairro Amazonas, propiciando ajuste no fluxo de veículos entre os bairros e favorecerá melhor acesso à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

O valor de avaliação imobiliária está em igualdade com os custos para a construção do Muro da Comunidade Aliança Mar a Dentro, não havendo que se falar em qualquer prejuízo por parte desta Municipalidade.

Ressalte-se, ainda, o trabalho desenvolvido pela COMUNIDADE DE ALIANÇA MAR A DENTRO, haja vista que há muitos anos em nossa cidade, realiza projetos sociais e humanísticos para com os mais necessitados, levando acalento aos carentes de espírito.

Atenciosamente.



ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do município de Iturama/MG.

PROJETO DE LEI Nº 70, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

“Autoriza o Poder Executivo a receber uma gleba de terras em permuta, que menciona e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 69 e 111 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a receber em permuta uma gleba de terra rural, localizada na área de expansão urbana deste Município e Comarca de Iturama, com área de 0.29.36 ha, de propriedade da **COMUNIDADE MAR A DENTRO**, inscrita no CNPJ 39.553.052/0001-20, matriculada no SRI local sob nº 14.411, tudo conforme croqui e memoriais descritivos que ficam fazendo parte integrante desta Lei, e em contrapartida, custeará a obra de muro divisório no imóvel de propriedade da referida Comunidade, com bloco de concreto aparente E = 15 cm, H = 2,20 m, inclusive sapata de concreto armado FCK = 15 MPA, 50 x 55 cm, com área total a ser construída de 1.121 metros.

§ 1º. O imóvel de que trata o caput deste artigo, de propriedade da COMUNIDADE MAR A DENTRO foi avaliado pela Comissão nomeada através da Portaria 20 de 27 de novembro de 2019, em R\$ 429.334,17 (Quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais, dezessete centavos), conforme laudo que fica fazendo parte integrante desta Lei.

§ 2º. Os custos para a construção do muro divisório de que trata o caput deste Artigo, foi avaliado pelo Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras em R\$ 429.334,17 (Quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais, dezessete centavos), conforme orçamento datado de 02 de dezembro de 2019, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

§ 3º. O Município de Iturama terá o prazo de até 01 (um) ano para a construção do muro divisório constante do caput do Art. 1º.

Art. 2º. O imóvel recebido em permuta ficará afetado como bem de uso especial.

Art. 3º. O Município de Iturama fica autorizado a efetuar eventuais desmembramentos e unificações relativas ao imóvel permutado perante o Serviço Registral de Imóveis local, com as consequentes averbações.

Art. 4º. As despesas relativas à lavratura e registro da escritura pública de permuta dos imóveis mencionados no Artigo 1º desta Lei ficarão a cargo dos permutantes.

sendo que cada parte arcará com eventuais despesas relativas ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI dos respectivos imóveis recebidos.

§ 1º. Compete à Secretaria Municipal de Administração os trâmites necessários à escrituração cartorária.

§ 2º. Na escrituração cartorária deverá conter a ciência dos permutantes de que os valores das avaliações não sofrerão mutações, vinculando a obra a ser realizada ao valor contido no § 2º do Art. 1º.

Art. 5º. Fica dispensada a Licitação, por se tratar de caso de interesse publico devidamente justificado, face às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 6º. As despesas decorrentes com a execução dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário e consignadas em orçamento vigente.

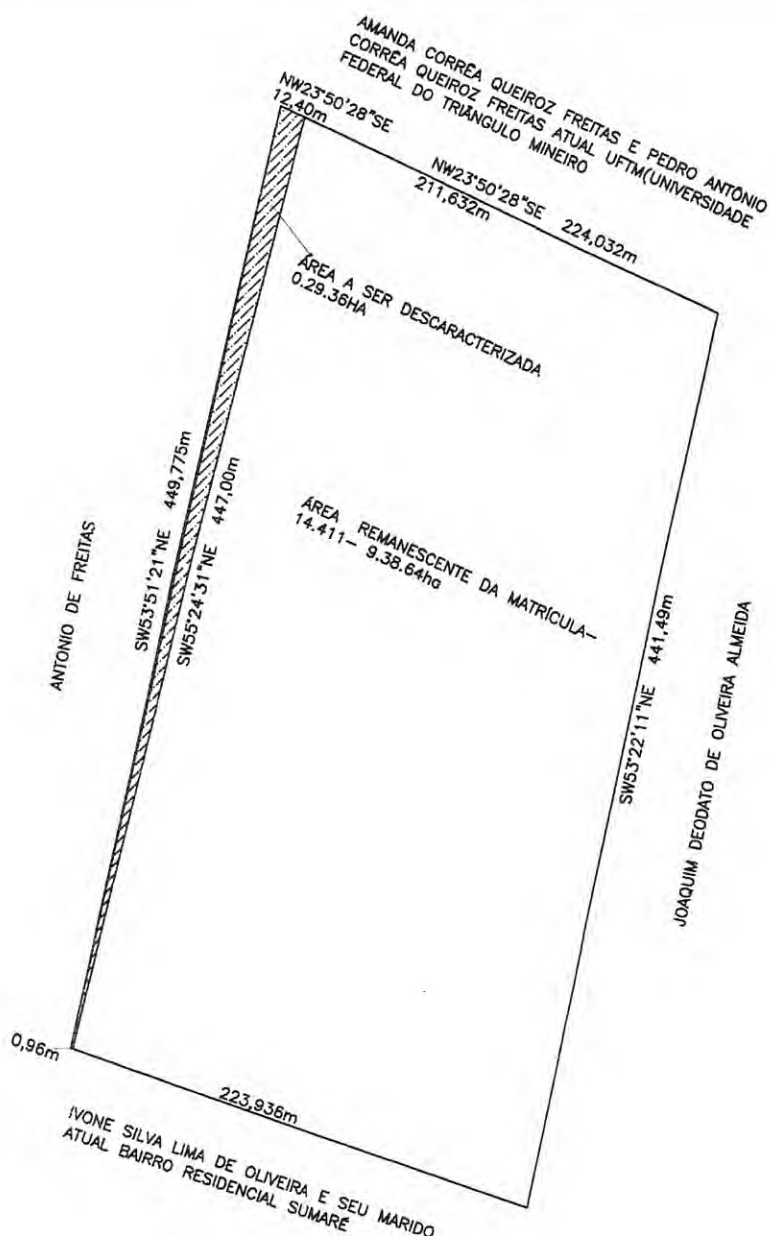
Art. 7º. Em razão da permuta, fica o setor de contabilidade do Município de Iturama, autorizado a promover as alterações no balanço patrimonial deste, devendo informá-las ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iturama/MG, 16 de Dezembro de 2019.



ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do município de Iturama/MG.



N.M.



FAZENDA SANTA ROSA

SERVIÇO:

LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO DE UMA GLEBA DE TERRAS, COM ÁREA DE 0.29.36HA, LOCALIZADA NA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE, MUNICÍPIO E COMARCA DE ITURAMA-MG, CONFORME LEI N°3.247, DE 20 DE MARÇO DE 2.002, PARA FINS DE DESCARACTERIZAÇÃO.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

SEBASTIÃO FIRMINO FERREIRA - TÉCNICO AGRIMENSOR
CREA-5060271340/TD-SP -VISTO-13.845 -MG

LOCAL:

ITURAMA

FOLHA:

01/01

MUNICÍPIO:

ITURAMA

DATA:

08-10-2013

OPERADOR:

FIRMINO

ESCALA:

1:3.500

ESTADO:

MINAS GERAIS



LAUDO DE AVALIAÇÃO

Nós, abaixo assinados, Membros da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Prefeito Municipal através da Portaria n.º 20 datada de 27 de novembro de 2.019, procedemos, atendendo a solicitação do Secretário Municipal de Governo, a avaliação de um imóvel urbano, sem benfeitorias, formado por uma **gleba de terras rural**, localizada na **área de expansão urbana do Município e comarca de Iturama-MG**, constante de um todo maior da **Matrícula n.º 14.411** do SRI local, conforme descrição abaixo:

Proprietário: COMUNIDADE DE ALIANÇA MAR A DENTRO (CNPJ: 39.553.052/0001-20)

1) ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO:

O imóvel objeto desta avaliação está situado em área urbana do Município de Iturama, contígua aos Bairros Jardim Califórnia e Residencial Morada do Sol.

A região apresenta acesso facilitado através da Avenida Airton Senna do Brasil e Avenida José de Freitas Nunes.

2) DO TERRENO:

O terreno possui frente ao nível do logradouro para o qual entesta, desenvolvendo topografia alinhada ao longo de toda a sua extensão, com solo aparentemente seco e de boa consistência, dotado de toda a infraestrutura necessária para o embasamento de construções, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se o referido roteiro na divisa das terras de propriedade de Ivone Silva Lima de Oliveira e seu marido, atual Bairro Residencial Sumaré, de onde segue confrontando com propriedade de Antônio de Freitas com um rumo de 53°51'21"NE por 479,775 metros até outro marco cravado na divisa de Amanda Corrêa Queiroz FREITAS E Pedro Antônio Corrêa Queiroz Freitas; daí vira à direita e segue confrontando com os referidos proprietários, com um rumo de 23°50'28"SE por 12,40 metros; daí vira à direita e segue confrontando com a Comunidade de Aliança Mar a Dentro com um rumo de 35°24'31"SW por 447,00 metros até outro marco cravado na divisa de Ivone Silva Lima de Oliveira e seu marido, atual Bairro Residencial Sumaré; daí vira à direita e segue confrontando com os referidos proprietários por 0,96 metros até o marco onde teve início este roteiro, perfazendo uma **área de 0.29.36ha**. Imóvel este sem benfeitorias.

3) DO VALOR RESULTANTE DA AVALIAÇÃO:

3.1) Valor do Terreno:

Área do Terreno	Valor Total
0.29.36ha.	R\$429.334,17

3.2) Valor apurado: Quatrocentos vinte e nove mil, trezentos trinta e quatro reais, dezessete centavos.



4) DISPOSIÇÕES FINAIS

Como se observa, levando em consideração a atual conjuntura do mercado de imóveis em Iturama-MG., apresentamos o presente laudo, discriminando individualmente cada aspecto.

Iturama-MG, 10 de dezembro de 2019.


Gustavo Faria Albino

Engenheiro Civil

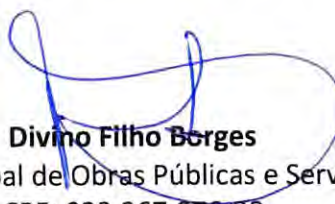
CREA: 233999-LP-MG



Gilberto Fabiano de Souza

Engenheiro Civil

CREA: 191554-D-MG



Divino Filho Borges

Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

CPF: 039.967.076-90



MEMORIAL DESCRITIVO

Levantamento planimétrico de uma gleba de terras rural, localizada na área de expansão urbana da cidade, município e comarca de Iturama-MG, de propriedade da Comunidade de Aliança Mar a Dentro, matriculado no SRI local sob nº14.411, para fins de descaracterização e desmembramento de uma área de 0.29.36ha, destinada a abertura de logradouro público.

Proprietário: Comunidade de Aliança Mar a Dentro

LIMITES E CONFRONTAÇÕES: Inicia-se o referido roteiro na divisa das terras de propriedade de Ivone Silva Lima de Oliveira e seu marido, atual bairro Residencial Sumaré, de onde segue confrontando com propriedade de Antônio de Freitas com um rumo de 53°51'21"NE por 449,775 metros até outro marco cravado na divisa de Amanda Corrêa Queiroz Freitas e Pedro Antônio Corrêa Queiroz Freitas; daí, vira à direita e segue confrontando com os referidos proprietários, com um rumo de 23°50'28"SE por 12,40 metros; daí, vira à direita e segue confrontando com a Comunidade de Aliança Mar a Dentro com um rumo de 35°24'31"SW por 447,00 metros até outro marco cravado na divisa de Ivone Silva Lima de Oliveira e seu marido, atual bairro Residencial Sumaré; daí, vira à direita e segue confrontando com os referidos proprietários por 0,96 metros até o marco onde teve início este roteiro, perfazendo uma área de 0.29.36ha. Imóvel este sem benfeitorias.

Iturama-08-10-2011

RT


Sebastião Firmino Ferreira
Técnico em Agrimensura
CREA- 271.340/ TD -SP
VISTO - 13.845 -MG.

MATRICULA

FICHA

-14.411-

-001-

COMARCA DE ITURAMA - MG

22 de

Agosto



I M O V E L: Uma propriedade Rural, com a área de 09.68.00has., de campos, sem benfeitorias, situado na Fazenda Santa Rosa, no Distrito, Município e Comarca de Iturama, MG., dentro das seguintes medidas e confrontações: INICIA-SE o roteiro, no cando da cerca próximo à Torre de Transmissão de T.V., de onde segue pela cerca de arame confrontando com a propriedade de Ivone Silva Lima de Oliveira e seu marido na extensão de 224,032 metros, até a um marco. Daí, deflete à direita e segue confrontando com a mesma gleba 4, com o rumo de 53º51'21"NE., na extensão de 449,775 metros até encontrar um marco cravado sob uma cerca de arame farpado a qual delimita a referida área com a propriedade de Antonio de Freitas. Daí, deflete à direita e segue confrontando com propriedade de Antonio de Freitas com um rumo de 23º50'28"SE., na extensão de 224,032 metros até o canto da cerca que delimita a referida área com as propriedades de Antonio de Freitas e Joaquim Deodato de Oliveira Almeida. Daí, deflete à direita e segue confrontando com a propriedade de Joaquim Deodato de Oliveira Almeida com um rumo de 53º22'11"SW. e uma distância de 428,04 metros até o ponto de origem. - CCIR/emitido em 16/9/1.994- 421 065 042 099-2; área total: 58,4; mod: 30,0; nº de mod.: 1,94; FMP.: 3,0, em nome de Tomázia Martins Silva Lima e ITR quite exercício de 1.994 em nome da mesma; **REGISTRO ANTERIOR:** MATRICULA sob nº 4.229 por ficha no Lº Rg.2, deste Imobiliário. **PROPRIETÁRIA:** TOMÁZIA MARTINS SILVA LIMA, brasileira, viúva, comerciante, residente e domiciliada em Iturama, MG., à Av. Juscelino Kubitschek, 1.156, RG.M.4.982 667-SSP-MG e CPF 018 520 158-02. Dou Fé, oficial [assinatura] /Virma Morimotta Assis dos santos.

R.1/14.411: Feito em 22 de Agosto de 1.995, em virtude do qual, TOMÁZIA MARTINS SILVA LIMA, já qualificada, **"DOA"** o imóvel acima descrito a **COMUNIDADE DE ALIANÇA MAR A DENTRO**, CGC-39.553.052/0001-20, com sede à Rua Gonçalves Crespo, 16, apt. 901, Rio de Janeiro, RJ., neste ato, representado por seu presidente Antonio Dilbem Rabelo Fleming, RG.M.1619019-SSP-MG e CPF 447 627 396-34, advogado, brasileiro, solteiro, maior, capaz, residente e domiciliado no endereço supra e seu tesoureiro Douglas Cardoso Metran, RG.097 196 713-8-MG e CPF 120 681 048-30, brasileiro, solteiro, estudante, maior, capaz, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ., no endereço já descrito e estes, representados por seu bastante procurador Guilherme Queiroz Neto, brasileiro, solteiro, comerciante, maior, capaz, residente e domiciliado em Alexandrita, deste Município e Comarca de Iturama, MG e CPF 288 712 196-00, por procuração lavrada às fls. 174, Lº 09 do Serviço Notarial do Distrito de Alexandrita referido, de 02/5/1.995, no valor de R\$.8.492,84, sem condições (valor real e fiscal); Consta do título, documentos exigidos no Decreto 93.240/86; declaração da doadora, de que não é responsável pelo recolhimento de contribuições à Previdência Social (O.S. nº 52/92); CCIR e ITR acima descritos; Tudo conforme Escritura Pública de Doação, pura e simples, lavrada às fls. 127v128, Lº 29-N, do Serviço Notarial do Distrito de Alexandrita, desta Comarca de Iturama, MG., de 04 de Julho de 1.995. Dou Fé oficial [assinatura] /Virma Morimotta Assis dos santos..... **CERTIDÃO**



CERTIFICO, e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da(s) ficha(s) a que se refere, em conformidade com o artigo 1º § 1º da Lei 5013 de 11 de Dezembro de 1973. Dou fé.

Jessica Maria Silva Arelar
ESCREVENTE

Virma Morimotta Assis dos Santos - Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA			<p><i>Prefeitura Municipal de Iturama - MG</i> CNPJ: 18.457.242.0001-74 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS</p>					
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE MURO								
LOCAL: ITURAMA								
PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA -MG								
ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DO MURO								
Item	Descrição	COMPOSIÇÃO	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Unit. c/ BDI 25,0%	Valor Total s/ BDI	Valor Total c/ BDI 25,0%
1	ALAMBRADO							
1.1	MURO DIVISÓRIO BLOCO DE CONCRETO APARENTE E = 15 CM, H = 2,20 M, INCLUSIVE SAPATA DE CONCRETO ARMADO FCK = 15 MPA, 50 X 55 CM	MUR-BLO-010	m	1.121,00	303,24	382,99	339.932,04	429.334,17
VALOR TOTAL							339.932,04	R\$ 429.334,17
<p>Iturama/MG, 02 de dezembro de 2019</p> <p> Renato Cardoso de Oliveira Eng. Civil - CREA-SP-5069696629/D</p> <p></p>								
* A planilha orçamentária é BASEADA no SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) fornecida pela Caixa Econômica Federal, PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS UNITÁRIOS PARA OBRAS DE EDIFICAÇÃO E INFRAESTRUTURA (SETOP) fornecida pela Governo do Estado de Minas Gerais e Mercado Local da cidade de Iturama.								



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA			<p><i>Prefeitura Municipal de Iturama - MG</i> CNPJ: 18.457.242.0001.74 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS</p>					
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE MURO								
LOCAL: ITURAMA								
PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA -MG								
ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DO MURO								
Item	Descrição	COMPOSIÇÃO	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Unit. c/ BDI 25,0%	Valor Total s/ BDI	Valor Total c/ BDI 25,0%
1	ALAMBRADO							
1.1	MURO DIVISÓRIO TIJOLO FURADO E = 10 CM, REBOCADO E PINTADO A LATEX H = 2,20 M, INCLUSIVE SAPATA DE CONCRETO ARMADO FCK = 15 MPA, 50 X 55 CM	MUR-TIJ-010	m	1.121,00	461,50	582,87	517.341,50	653.402,31
VALOR TOTAL							517.341,50	R\$ 653.402,31
<p>Iturama/MG, 02 de dezembro de 2019</p> <p> Renato Cardoso de Oliveira Eng. Civil - CREA-SP-5069696629/D</p> <p></p>								
* A planilha orçamentária é BASEADA no SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) fornecida pela Caixa Econômica Federal, PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS UNITÁRIOS PARA OBRAS DE EDIFICAÇÃO E INFRAESTRUTURA (SETOP) fornecida pela Governo do Estado de Minas Gerais e Mercado Local da cidade de Iturama.								



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 39.553.052/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/07/1992
NOME EMPRESARIAL COMUNIDADE MAR A DENTRO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO FAZ SANTA ROSA - FINAL AV. ALEXANDRITA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 38.280-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO ITURAMA
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO maradentro@terra.com.br		TELEFONE (34) 9112-0396
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 31/10/2019 às 16:18:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO DE IMÓVEL RURAL**

Número do Imóvel na Receita Federal - NIRF: 5.860.921-0
Nome do Imóvel: FAZENDA SANTA ROSA

Município: ITURAMA
Área total (em hectares): 9,6

UF: MG

Contribuinte: COMUNIDADE MAR A DENTRO
CNPJ: 39.553.052/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas do imóvel rural acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências para esse imóvel rural, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do imóvel rural no âmbito da RFB e da PGFN.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:20:15 do dia 06/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/05/2020.

Código de controle da certidão: **3BC7.77CE.0A9B.4C8D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



27.390.496-5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-1.619.019 13/11/2015

NOME ANTONIO DILBEN RABELO FLEMING

FILIAÇÃO BENTO FLEMING, DA LAVRA
DILZA RABELO DE FLEMING

NATURALIDADE ITAMONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 3/5/1962

DOC. ORIGEM NASC. LV-26A FL-205

ITAMONTE-MG

CPF 447627396-34 FIS 1222844180-7

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
da Sede da Comarca de São José do Rio PretoLETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7.116 DE 29/08/83

4 VTA

VALOR R\$ 3,14

21 de
2016, Preto

04 MAR. 2016

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia reproduzida na carteira com
original e não possui validade que dou fe.
Assinatura de Valéria Regina Zuanelli, Escrevente, autenticada

AUTENTICAÇÃO

7002AB0097697

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADEMINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
da Sede da Comarca de São José do Rio Preto - RP
Rua Fritz Jacobs nº 1545 - Boa Vista - Tel. (17) 3121-8922
Valéria Regina Zuanelli do Carmo, Oficial

VALOR R\$ 3,14

S. J. do
R. Preto

04 MAR. 2016

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia reproduzida na carteira com
original e não possui validade que dou fe.
Valéria Regina Zuanelli do Carmo, Escrevente, autenticadaVALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICAÇÃO

7002AB0097697



Buscar Serviços



ATICMS - Atualização do ICMS vencido

Cadastrar Pessoa

Alteração Cadastral de Gráfica Estabelec. Outra UF

Anistia

Taxa de Incêndio - Consulta Imóvel

Cadastro Sincronizado

Certificar Documento

Consulta de Contribuinte

Comprovante de Inscrição Estadual

Consultar PTA/ Parcelamento/CDA/Protesto

Documento de Arrecadação

Hab. de Contabilista/Empresa Contábil

Habilitação Gráfica Outra UF

Importação

Impressão de Termo de Responsabilidade Gráfico

ITCD

Nota Fiscal Avulsa

Parcelamento

Produtor Rural

Protocolo

Regime Especial

Solicitação de Cadastro no CERM

Solicitação de CDT

Solicitação de Isenção

Solicitação de Restituição

Confirmação da Solicitação

Dados da Solicitação

Número do Protocolo: 201.910.472.220-0
 Senha para acompanhamento: 14392215
 Documentos que devem ser enviados: Cóp.Cont.Soc.e última alter.ou Estatuto c/Ata Eleição Diret.
 Cópia do CNPJ
 Cópia do registro do Estatuto no Cartório competente
 Cóp.Nota Fiscal aquis.ou Rec.Transf.preenc.ou CRLV requer.
 AF344060 - AF/2 NIVEL/ITURAMA
 RUA: RIBEIRÃO SÃO DOMINGOS Número: 705
 Bairro: CENTRO
 Município: ITURAMA - MINAS GERAIS
 CEP: 38280000

Endereço de Entrega:

Anexar Documentos

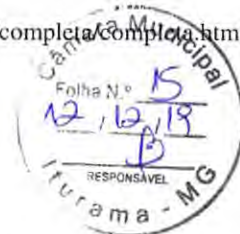
Sr(a). Usuário(a),
 Esta funcionalidade permite anexar cópia dos documentos relacionados acima, não havendo a necessidade de enviar pelos Correios ou entregar na repartição fazendária. Os documentos podem ser anexados nesse momento, utilizando o comando abaixo ou, a qualquer momento, acessando o endereço: <https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/> com o número do protocolo e senha informados.
 Alertamos que o protocolo desta solicitação somente terá andamento após a entrega dos documentos relacionados acima, que pode ser anexando os documentos nesta página, enviando pelos Correios ou entregando pessoalmente na repartição fazendária.
Após anexar toda documentação via sistema, será necessário clicar no botão Finalizar. Caso não seja acionado o botão Finalizar, os documentos não serão entregues.

Documentos Anexados

Arquivo Descrição Data Anexo Status Ir

Imprimir Comprovante do Protocolo

Sr(a). Usuário(a),
 Favor imprimir esta página ou anotar o número do protocolo e a senha, pois são fundamentais para o acompanhamento do serviço.



Imprimir

LEI 15825, de 16/11/2005 - Texto Original

Declara de utilidade pública a Comunidade Mar a Dentro,
com sede no Município de Iturama.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome,
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Mar a Dentro, com sede no Município de
Iturama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 16 de novembro de 2005; 217º da Inconfidência
Mineira e 184º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES

Danilo de Castro

Antonio Augusto Junho Anastasia

Cartório do 1º Ofício de Resende - RJ

PRIVATIZADO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Apresentado em 23.12.13

Livro 4 de 137, folha 3102

Resende, RJ, 23 de dezembro de 2013

Assinado por: [Assinatura]

Nome: Paulo Roberto de Freitas Molina

Matr. 01/13.152

Cartório do 1º Ofício

Registro de Pessoas Jurídicas

Titular: Luzia Aparecida Motta da Cunha

Matrícula 01/13.152

Resende - RJ

Estado do Rio

Ata de Reunião de Conselho

De [Assinatura] Magalhães dos Santos

Capelão Militar

As vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa, na Esplanada Ministro Dutra Vila Militar, Resende, Rio de Janeiro, reuniram-se os seguintes membros do Conselho da "Comunidade Mar à Dentro": Paulo Roberto de Freitas Molina, Exro. Senilha, Marcelo Fachinno, Antônio Dilben Rabeli, Flomir Lane Raba, Nilda Figueiredo de Souza, Maria Aires de Almeida, Eneida de Souza, Ozete e Rosita Maria de Almeida. A reunião foi, principalmente, para que os membros da comunidade tivessem oportunidade de expor fatos e suas próprias ideias. Foram feitas discussões sobre o que é a comunidade e sobre a "alameda" marcada como zona rural para o dia seguinte. O presente documento é um e, por isso, nada mais havia a tratar, foi logo por encerrada a reunião e a ata foi assinada por mim, Paulo Roberto de Freitas Molina, secretário "ad hoc", que a leu e foi lida por todos os membros da Comunidade presente.

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

o Estatuto Social e estatutos regulamentares da Sociedade em
virtude da qual se realizam as suas atividades.

Art. 12º - O patrimônio da Sociedade será constituído pelas doações que esta vier a receber, e pelos lucros resultantes da administração dessas doações. Toda e qualquer participação na Sociedade ou o uso de quaisquer atividades por ela exercidas serão inteiramente gratuitos.

Art. 13º - O prazo de duração da Sociedade é ilimitado. A extinção da Sociedade será decidida pelo Conselho em reunião especialmente convocada e pelo voto de, no mínimo, dois terços dos Conselheiros com direito a voto.

Parágrafo Único - No caso de dissolução da Sociedade, e na mesma reunião em que ela for decidida, os Conselheiros decidirão sobre a destinação do patrimônio existente, que deve ser atribuído a entidade congênera a esta.

Art. 14º - A alteração destes Estatutos dependerá da aprovação de duas terças partes dos membros da Sociedade, isto é, do Conselho com direito a voto.

Art. 15º - O ano social coincide com o ano civil cívico. Estando todos os instituidores concordes com o texto dos Estatutos e com o efetivo início das atividades sociais, foram feitas as atas, após o que, foi dada por encerrada a reunião sup. etc., firmada por mim, Paulo Roberto de Freitas Molina, e outorgado "ad hoc", por assinada pelas demais instituições presentes.

Paulo Roberto de Freitas Molina

1) Ser representante da Sociedade perante as autoridades municipais, estaduais e federais e perante qualquer instituição pública ou pessoa física

2) Presidir as sessões para todos os assuntos de interesse da Sociedade e suas representações

3) Examinar, como também fiscalizar, a escrituração da Sociedade, quando quiser ou achar necessário

4) Dar seu voto de desempate, quando necessário, na reunião do Conselho

5) Assinar o Tesouroiro, de conformidade com as regras estatutárias a movimentar atos contábeis da Sociedade em instituições financeiras, no interesse dos negócios e compromissos legais ou espontâneos de responsabilidade da Sociedade.

Art 9º: Ao Vice-Presidente compete assessorar o Presidente e substituí-lo no caso de falta

Art 10º: O Secretário compete

1) Redigir e lavrar os atos das reuniões

2) Inambar-se da correspondência da Sociedade

3) Substituir o Presidente, na falta do Vice-Presidente

Art 11º: O Tesoureiro compete

1) Representar a Sociedade, juntamente com o Presidente, em juízo ou fora dele

2) Ter sob sua responsabilidade os haveres da Sociedade

3) Ter sob sua guarda os livros para contabilidade e arquivar os recibos

4) Pagar as quantias devidas à Sociedade e pagar as suas contas devidamente feitas

5) Apresentar, mensalmente, um balancete demonstrativo do estado econômico da Sociedade

dará o Conselho em sua própria disposição de
 função por decisão do próprio Conselho.

Art. 2º - As deliberações do Conselho serão tomadas a
 da maioria simples, entendidos os Conselheiros
 dentro o voto, exceto os casos de alteração
 estatutos e de eleição, da secretaria que terá
 "quorum" qualifondo.

Em caso de empate nos votos do Conselho
 valerá o voto do Conselheiro que também for
 o Senhor da Presidente Conselho ou vice-presidente.
 Se não houver Conselheiro presente sendo um
 titular ou seja a sua exclusão do Conselho.

Art. 3º - A atribuição de cada membro do Conselho
 No caso de Conselheiros remanescentes, terão at
 res estatutos, estatutos de protocolo onde se
 definem se tem ou não direito a voto nos
 casos do Conselho.

Art. 4º - A sociedade será representada em juízo ou fora
 sempre por dois Conselheiros, a saber: por aqueles
 que tenham, também, as funções de Presidente
 e Tesoureiro. As atribuições de cada
 instrução serão atribuídas pelo Conselho
 quando de sua pauta, designados Presidente, Vice-
 Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo único - O Conselho incumbirá a um
 de seus pares a coordenação
 atividades e assuntos internos.
 O coordenador terá um
 prazo inicial de um ano
 de o mesmo por nomeação.

Art. 5º - Ao Presidente da Sociedade compete

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS
 Titular: *[illegible]*
 RESENDE
[illegible] Matricula 91413/192
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

institucionalmente pelas obrigações sociais.

Art 3º - É objetivo da sociedade a promoção espiritual de qualquer pessoa, isoladamente ou em grupo, por na doutrina do religioso Católico, Apostólico Romano.

Art 4º - Para atingir os fins a que se propõe a sociedade poderá criar, operar, administrar ou divulgar folhetim, propaganda radiofônicas e de televisão, procedimentos de oração e um serviço telefônico e sistema de "plantão de oração", além de outras atividades correlatas ao afim.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Titular: Lucia Aparecida Morais do Carmo
Nº 12.122-00
ESTADO DO RIO

O encargo de dirigir a atividade de que quer dar ou servir para proceder-se um protocolo onde serão estabelecidos a forma, limites, do objetivo, protocolo este sujeito a censura do minter espiritual que será sempre, a paróquia que esteja exercendo a função de capela da Paróquia Nossa Senhora das Graças, da Paróquia 17.614 de Ayulhas Negras.

§ 2º - Com nenhuma hipótese poderá a sociedade publicar, direta ou indiretamente, de atividades públicas, particulares dentro da fira do Igreja.

Art 5º - A administração da sociedade é exercida por um Conselho composto pelas seis instituições, em número de treze. A elaboração deste Conselho o número de conselheiros poderá ser aumentado.

§ 1º - É mandato dos membros do Conselho e do norte para os treze conselheiros instituídos e, em princípio, para todos os demais.

no centro do madero um pequeno arco cujo vértice se en-
-contra pelo símbolo X. Não acatado ainda, que seja pu-
blicamente a simbologia do símbolo acima descrito, em miniatura
de madeira, ao ser o digo, a ser colocada no peçoço, em
um cordão, por todo membro da comunidade. Isso del a ar-
bitrar-se a distância entre a formalização da Comunidade
como Sociedade Civil, de fins não lucrativos, e as suas
idades objetivas e demais disposições estão nos estatutos
que vão a seguir, em quinze artigos.

ESTATUTOS DA COMUNIDADE DE ADELA "MAR A DENTRO, RUMO A JERUSALÉM" DE VIDA, AMOR E PERDOÃO

Art 1º - A Comunidade de Adela "Mar a Dentro,
Rumo a Jerusalém" de vida, Amor e Perdão,
caracterizada como "Comunidade Mar a Dentro",
é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com
sede à Rua Francisco Pereira Viana, 201,
Mantendo na cidade de Resende, Estado
do Rio de Janeiro.

Parágrafo único - A sociedade poderá abran-
zir as partes em que
qual parte do território ni-
cional. De deliberação a
for tomada para que fins
seu fimado público com
a característica de regula-
mento da filial ou posto ex-
terno.

Art 2º - Nenhum dos instituidores, administradores, cul-
tivadores, e auxiliares da sociedade a qualquer
título terá qualquer forma de remuneração, pro-
labore ou subsídio e nem responde solidária ou

EXERCÍCIO DO 1º DE JULHO
MANTENDO DE VIDA E AMOR
RESSENDE - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ta presidida por Reini Nogueira dos Santos, Arcebispo
católico Orsini dos Santos Nossa Senhora das Gracas, da Ac
demia de Artes das filhas Netas. A presente reunião
foi a realização do anúncio do comprom
de unidade, a escolha do nome e símbolo representativo
da comunidade e a discussão dos estatutos da mesma.
Des instituidores qualificados na ida da passa anterior,
veram quais Marcelo Tachiona por motivos de saúde
e Nilda Felizarda de Almeida, que encontrava-se impedida
por motivo de viagem matrinal. Dando início à cer
mônia, o Padre Reini falou da importância do comprom
de unidade e após as orações, uniu-se o ritual em or
ação comprometente, após fazer em voz alta, ajelhado
junto ao altar a proclamação de fe através do velho o
ceia firmou por escrito a oficialização do comprom
assumido. Além dos instituidores quais acima citados
deixou de haver o compromisso de unidade, meda data, S
gio Servilho, que relatou aos membros presentes a con
cessão de um tempo maior para orações e meditação
importância da unidade e por por chamada por du
a firmar tal compromisso. Fim da cerimônia, o
pároco, Padre Reini Nogueira dos Santos retirou-se,
deixando a condução da reunião a cargo de Ante
Cezar Alves Rocha, eleito pelo instituidores como
coordenador para assuntos anteriores e atualidade da
Comunidade. Dando início aos debates das questões em
ordem foram apresentadas as sugestões para o novo da com
munição e qual, após deliberações, ficou acertado como
Comunidade de União "Mar a Dentro Zumo A for
Sol de Voz Amor e Força, resumidamente
"Comunidade Mar a Dentro". Em seguida, passou-se
à escolha do símbolo representativo da Comunidade, ficando
definido que o mesmo seu firmado por uma cruz no
modelo da usado por São Francisco de Assis (TAC) tem

Que a instituição tem. E, como modo mais fácil de se aplicar,
ligadas ao sistema, foi encerrada a reunião de qui. para
constar, levei a presente Ata, que vem firmada por mim,
Paulo Roberto de Freitas Maline, secretário "ad hoc", e pelos
demais instituidores.

Dr. Roberto de Armas Molina

Marcelo Augusto Monteiro
Cláudia Elisabete de Souza Almeida

11-11-68

Don Antonio del Olvera

151-1000

Sinfonia di Ben Kaplan

Polcebs Cernobyl Polcebs

Q. Waser nicht

6. Alta Guerra Rocha

March 1901

[Faint handwritten notes at the bottom of the page]

10/10/10 - 10/10/10 - 10/10/10

Very truly
yours

Alcance: "MAR A DENTRO, COMO A JERUSALÉM", de vida, amor e perdão.

Dr. René Augustin des Jantes
Capelle-Miller

[illegible]

07-72-2-076-000031, residente e domiciliada em Resende, RJ, CPF nº 11854437145, residente e domiciliada em Resende, RJ, CPF nº 00822653776, residente e domiciliada em Resende, RJ, CPF nº 01817506781, residente e domiciliada em Resende, RJ, CPF nº 83214808-10, residente e domiciliada em Resende, RJ, CPF nº 83214808-10.

13. As mulheres negras Resende, Rio de Janeiro, todos brasileiros, trataram dos assuntos referentes à formação de uma comunidade de aliança, com o objetivo principal da promoção espiritual de qualquer pessoa, isoladamente ou em grupo, sempre na doutrina da religião católica Apostólica Romana. As presentes à reunião, concordaram que cada um sentisse-se chamado para a formação da comunidade estabeleceram a data de vinte de setembro de mil novecentos e noventa para que sejam discutidos os objetivos da comunidade, seus estatutos, nome e direção representativa, bem como, principalmente, para que seja realizada uma vez ao mês os itens mencionados acima a cerimônia de aliança, a ser presidida pelo pároco Paróquia Nossa Senhora das Graças - Capelinha M.ª das Mulheres Negras nesta cidade de Resende Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO
OFÍCIO
193/1935
RESENDE

Reunião para a fundação da Câmara

no dia do mês de setembro de mil novecentos e
treze, às quinze horas, reunidos à rua Marechal Stocher
nº 13, no Bairro do Monte Castelo - Vila Militar - Resende -
RJ, Antônio César Almeida Rocha, militar, casado, identi-
dade nº 100401602-7, CPF nº 703314604/00, residente e
domiciliado à mesma rua Marechal Stocher nº 13 Agu-
lhas Negras - Resende Rio de Janeiro; Paulo Roberto de
Freitas Molina, militar, solteiro, identidade nº 032594402-
9, CPF nº 500 210 527 00, residente e domiciliado à ave-
nida Mexico nº 365 - Jardim Pomerani - Três Corações
Minas Gerais; Sargento Seruênia, militar, solteiro, iden-
tidade nº 023241443-3, CPF nº 096 986 418-36, residente
e domiciliado à avenida Duque de Caxias nº 579 - 136m
Dir. Decodoro, Rio, RJ; Marcelo Ribeiro Carvalho, mi-
litar, solteiro, identidade nº 025451613-1. m. ex CPF nº
107.068.218-01, residente e domiciliado à rua Gusta-
vo A. de Resende, nº 118, Ilha do Governador, Rio, RJ;
Marcelo Gurgel de Amorim, militar, solteiro, identida-
de nº 025451623-0, CPF nº 107967263 35, residente
e domiciliado à rua Fonseca Teles - 31/3, apto 202,
São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ; Marcelo Fachinna,
militar, solteiro, identidade nº 014858363-5, CPF nº
007619819-05, residente e domiciliado à rua Cel. Emi-
liel - 439 - Campos Elzeos, Resende - Rio de Janeiro;
Antônio Dilben Rabelo Flemming, funcionário público, sol-
teiro - RG M. I. 619 019, CPF nº 447 627 396 34, resi-
dente e domiciliado à rua Governador Valadares nº 125,
Centro, Estimonte, Minas Gerais; Lane Fava Kremer,
solteira, RG 10.290.088-3 ITP, CPF nº
53300077-06, residente e domiciliada à rua Francis-
ciana - 201, Monte Resende - RJ; Nilda
- 17 -



com direito a voto, admitidos na forma deste artigo, os quais subcreverão, com o Diretor Presidente e Diretoria o termo de sua admissão. No Artigo 6 que passou para Artigo 8 acrescentou a palavra "não terá direito a remuneração", no Artigo 7 que agora se lê 9 acrescentou regida por um regimento interno próprio. O Artigo 8 passou para 10, o 9 para 11, o 10 para 12, o 11 para 13, o 12 para 14, o 13 para 15. Incluiu-se O Artigo 16 que ficou com a seguinte redação: ARTIGO 16: Para a obtenção de recursos e manutenção de suas atividades, a Comunidade Mar a Dentro contará com uma categoria de contribuintes e voluntários denominada Mantenedores, composta por pessoas jurídicas ou físicas que realizem contribuições em dinheiro ou bens, ou prestem serviços voluntários. Esta categoria não integra o quadro social da Comunidade, não possuindo, seus membros, a qualidade de associados. §1: A categoria de mantenedores é composta pelas seguintes classes: Contribuintes: todas as pessoas físicas ou jurídicas, que contribuam regularmente com a Comunidade, através da doação de quantia financeira; Apoiadores: todas as pessoas físicas ou jurídicas, que participarem ativa e graciosamente das atividades da Comunidade, oferecendo regularmente apoio material e ou prestando trabalhos e serviços; Voluntários: todas as pessoas físicas prestadores de serviço voluntário, admitidas pela Diretoria, que deverão respeitar a legislação específica, inclusive firmar "Termo de Adesão de Trabalho Voluntário" e as demais normas e regras sobre o voluntariado adotado pela Comunidade. §2: A Diretoria, segundo sua conveniência, poderá criar subdivisões nas respectivas classes de Mantenedores. O Artigo 14 passou a ser o 17 também ficou alterado da seguinte forma: ARTIGO 17: A Comunidade Mar a Dentro é administrada pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Fundação e pela Diretoria, assessorada por um Conselho Fiscal. §1: O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros escolhidos entre os sócios com direito a voto, pela Assembleia Geral, com o mandato de 6 (seis) anos. §2: Cabe ao Conselho Fiscal por determinação do Diretor Presidente, examinar a prestação de contas do exercício, emitindo pareceres sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Social além de fiscalizar os atos administrativos e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. O Artigo 15 passou a ser 18 no seu parágrafo único acrescentou a seguinte redação após convocada pelo Diretor Presidente, mediante prévio e geral anúncio, através de edital afixado na sede da Comunidade, por circulares enviada por email ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. O Artigo 16 passou a ser 19, o 17 passou a ser 20, que foi acrescentado eleger o Conselho Fiscal. O Artigo 18 passou a 21 que em seu primeiro parágrafo ficou com a seguinte redação: § 1º O mandato do primeiro Diretor Presidente da Comunidade Mar a Dentro será vitalício, por ser ele o fundador da mesma, vacando por: morte, desistência ou livre decisão do mesmo. O Artigo 19 passou a ser o 22, o 20 a 23, o 21 a 24. No Artigo 22 que passou a ser 25 foram acrescentados mais duas alíneas e um parágrafo ficando com a seguinte redação: V. Instituir um Fundo Patrimonial e ou Fundo Reserva para garantir a consecução das suas finalidades institucionais; VI. Criar coordenações, conselhos de natureza consultiva, comissões e comitês, inclusive indicando seus membros. §1 Fundo Patrimonial e ou Fundo Reserva será composto de eventuais resultados, dotações da própria organização, doações específicas de pessoas físicas ou jurídicas. O Artigo 23 passou a ser 26, e o Artigo 24 a ser

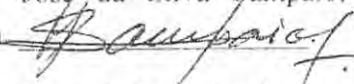
M. S. Lopes



27 ficou com uma nova redação: ARTIGO 27: O Conselho de Fundação é composto pelos seus membros instituidores, e se reúne sempre que convocado pelo Diretor Presidente. O Artigo 25 passou a ser 28, onde teve alterações em suas redações ficando: IV. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, bem como assinar cheques, juntamente com o Diretor de Administração e Finanças; IX. Assinar juntamente com o Diretor de Administração e Finanças escrituras, papéis e outros documentos, recibo, convênios, termos de parceria e demais outros atos que se fizerem necessários à administração da Comunidade; X. Constituir procurador, quando julgar necessário. O Artigo 26 passou a ser o 29, o 27 a ser o 30, o 28 a ser o 31, o 29 a ser 32, o 30 a ser o 33, o 31 a ser o 34 que teve também alterações ficando com a seguinte redação: ARTIGO 34: Constituem Fontes de Recursos da Comunidade, para manutenção e desenvolvimento de suas atividades: I. As contribuições dos Mantenedores; II. As doações ou auxílios que lhe sejam destinados por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou internacional quando realizadas para fim específico ou não e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos das administração direta ou indireta; III. Legados, heranças, direitos, créditos e ou quaisquer contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, associados ou não; IV. Os valores recebidos de auxílios, subvenções e contribuições ou resultantes de convênios, contratos e termos de parceria ou de cooperação firmados com o Poder Público ou entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, destinados ou não à incorporação em seu patrimônio; V. Os bens e valores que sejam destinados, na forma da lei, pela extinção de instituições similares; VI. As receitas decorrentes de campanhas, programas e ou projetos específicos; VII. As rendas em seu favor constituídas por terceiros; VIII. O usufruto instituído em seu favor; IX. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração; X. Rendimentos produzidos por todos os seus direitos e atividades realizadas para a consecução dos seus objetivos sociais, tais como, mas não se limitando a prestação de serviços, comercialização de produtos, rendas oriundas de direitos autorais e ou propriedade industrial. § Único: Todos os bens, rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais na forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo reserva. O O Parágrafo único do Artigo 31 passou a ser a redação do Artigo 35, a saber: ARTIGO 35: O Patrimônio da Comunidade Mar a Dentro será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública. O Artigo 32 passou a ser o Artigo 36 também sofreu alterações: ARTIGO 36: A Comunidade Mar a Dentro não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva. O Artigo 33 passa a ser o 37, o 34 a ser o 38, o 35 a ser o 39, o 36 a ser o 40, o 37 a ser o 41. O Artigo 42 fica com a seguinte redação: ARTIGO 42: A prestação de contas da Comunidade observará no

M. B. Soares

mínimo os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade segundo a legislação pertinente. O Artigo 38 passa a ser o 43 com a seguinte redação: ARTIGO 43: São membros instituidores: Antônio Dilben Rabelo Fleming, RG nº M-1.619.019 SSP-MG; Douglas Cardoso Metran, RG nº 10.556.847 SSP-MG; Mônica Beatriz Perroni Lopes, RG nº M-4.993.697 SSP-MG e Marcelo José da Silva Sampaio, RG nº 07.743.182-3 IFP-RJ; todos brasileiros maiores, residentes e domiciliados na cidade de Iturama, Minas Gerais, formando o Conselho de Fundação da Comunidade Mar a Dentro. O Artigo 39 passa a ser o 44 e o Artigo 40 o Artigo 45 ficou com essa redação: ARTIGO 45: O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em partes em qualquer tempo, observando-se as regras nele previstas e entrará em vigor na data de seu registro em cartório. Nada mais havendo para constar, a reunião encerrou-se, sendo por mim, Pe. Marcelo José da Silva Sampaio, lavrada a ata, que após lida, vai por todos assinada.


Antônio Dilben Rabelo Fleming

Douglas Cardoso Metran

Mônica Beatriz Perroni Lopes



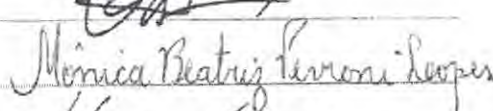
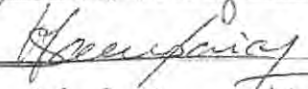
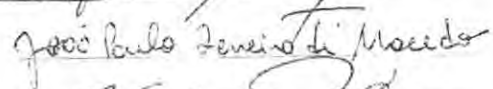


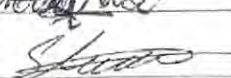
Marcelo José da Silva Sampaio

João Paulo Ferreira de Macedo

Gildásio Vilanova

Marcia Maria da Silva

Silvio Sirineu Stumpf da Rosa



Cartão de RDPJ de Iturama/MG
Fernando Bernabes Campoli - Oficial
Av. Brasil, s/nº - Centro
Fone: (41) 3412-0455

Código: 1001-01501-92-1012 - Data: 12/12/18

PROTOCOLO Nº 3554 PGT Nº 157 - LMA 20 - PAU 234 - ANEXO

Iturama, MG, 12 de dezembro de 2018
FERNANDO BERNABES CAMPOLI - OFICIAL

Despesa	Empenho	ISS	Prestação	TEU	Total
10.20	2.61	134	06/02		180,81

Valor: Ducentos e Trinta e Quatro Reais e Oito Centavos
Il. Ofício Câmara de Iturama/MG

Selo Número: 04551/18 - Cód. Seq.: 4132.0755-6256-0100
Tipo: 000 - Valor: 140,00 - Teu: 40 - Taxa: 13,20
Contribuição gerada sobre Selo em até 30 dias após a emissão





27.390.496-5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-1.619.019 DATA DE EMISSÃO 13/11/2015

NOME ANTONIO DILBEN RABELO FLEMING

FILIAÇÃO BENTO FLEMING DA LAVRA
DILZA RABELO DE FLEMING

NATURALIDADE ITAMONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 3/5/1962

DOC.ORIGEM NASC. LV-26A FL-205

ITAMONTE-MG

CPF 447627396-34 FIS 1222844180-7

ETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N 7.116-DE 28/08/83

4 VTA

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
da Sede da Comarca de São José do Rio Preto - SP

1969 - Boa Vista - Tel. (17) 3121-8922

Valéria Regina Zuanetti de Sá - Oficiala

VALOR R\$ 3,14

S. J. do R. Preto

04 MAR. 2016

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia reproduzida confere com o original e não possui validade jurídica.

Prumira dos Santos Rodrigues - Escrevente

AUTENTICAÇÃO

1002AB0097697

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

NASCIMENTO 03.05.62

INSCRIÇÃO NO CPF 447.627.396-34

CONTRIBUINTE

ANTONIO DILBEN RABELO FLEMING



SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL


MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
da Sede da Comarca de São José do Rio Preto - SP

Rua Fritz Jacobs nº 1545 - Boa Vista - Tel. (17) 3121-8922

Valéria Regina Zuanetti de Sá - Oficiala

VALOR R\$ 3,14

S. J. do R. Preto

04 MAR. 2016

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia reproduzida confere com o original e não possui validade jurídica.

Majinete Baulina dos Santos Rodrigues - Escrevente

AUTENTICAÇÃO

1002AB0097697

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

1002AB0097697

AUTENTICAÇÃO

ESTATUTO DA COMUNIDADE MAR A DENTRO

CAPÍTULO PRIMEIRO: Da denominação, Fins, Sede e Foro.

ARTIGO 1º A COMUNIDADE DE VIDA MAR A DENTRO, ou Comunidade de Aliança Mar a Dentro de vida, amor e perdão, rumo a Jerusalém, ou Comunidade de Aliança Mar a Dentro, rumo a Jerusalém de vida amor e perdão, ou Comunidade Católica Mar a Dentro, ou apenas COMUNIDADE MAR A DENTRO é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de caráter religioso, filantrópico, beneficente, cultural, educativo, formador, evangelizador, de promoção humana e social, com sede e foro na Cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Santa Rosa, zona Rural CEP 38280-000, regida pelo presente estatuto e pelo disposto na legislação vigente, sendo sua duração por prazo indeterminado.


ARTIGO 2º A Comunidade Mar a Dentro poderá abrir filiais ou postos em qualquer local do Território Nacional que se enquadre em suas finalidades, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral em consonância com a legislação vigente.

ARTIGO 3º A Comunidade Mar a Dentro tem por finalidade:

- I. Promover programas de assistência religiosa e de saúde;
- II. Incentivar e promover a cultura;
- III. Promover a educação básica e profissional;
- IV. Promover programas ambientais, a defesa, a preservação e conservação do meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável;
- V. Promover programas sociais;
- VI. Promover atividades e programas de esporte, lazer e atividades recreativas;
- VII. Promover a assistência social – atendendo a todos os públicos interessados incluindo: crianças, adolescentes, jovens, adultos, homens, mulheres, idosos, portadores de deficiência física e todas as minorias da sociedade;
- VIII. Promoção programas de desenvolvimento econômico e social;
- IX. Promover o voluntariado.

ARTIGO 4º Para o desenvolvimento e a realização de suas finalidades e objetivos sociais, a Comunidade Mar a Dentro poderá utilizar de todos os meios permitidos em lei:

- I. manter escola a nível: Infantil, Primeiro Grau, Segundo Grau, Terceiro Grau e Quarto Grau, visando a educação, e formação humana;
- II. editar, divulgar e distribuir publicações periódicas ou não, livros, revistas, folhetos, boletins, jornais próprios ou de terceiros;

 1

- III. editar, divulgar, locar e distribuir gravações em discos, cd's, cassetes e videocassetes próprias ou de terceiros, de conferências, mensagens, cânticos, palestras de ensino e de edificação espiritual, cultural e educacional;
- IV. imprimir, produzir, distribuir e locar materiais diversos com mensagens de cunho espiritual, educativo e cultural;
- V. manter ou patrocinar programas em emissoras de radiodifusão e televisão, de modo a desempenhar suas atividades, em qualquer ponto do território nacional;
- VI. manter concessões de canais de televisão e retransmissão de televisão de qualquer tipo, bem como estações de radiodifusão, em qualquer parte do território nacional, para atender as suas finalidades de caráter espiritual, educativo e cultural;
- VII. manter creches, orfanatos, jardins de infância, casa de repouso, hospitais, clínicas, clínica de recuperação de viciados e dependentes químicos, bem como prestar serviços a terceiros e exercer atividades correlatas;
- VIII. manter plantões telefônicos de atendimento e oração;
- IX. manter Centro de Formação e Evangelização, casas de retiro, visando a educação social, emocional, moral e religiosa do ser humano;
- X. desenvolver projetos e atividades de caráter cultural, relacionadas direta ou indiretamente à finalidade da associação;
- XI. promover e firmar convênio com órgãos Municipais, Estaduais e Federais para a execução de suas finalidades;
- XII. promover projetos em parcerias com órgãos públicos e entidades públicas na esfera Federal, Estadual, Distrito Federal e Municipal, bem como Organismos Internacionais e Entidades Privadas de âmbito Nacional e Internacional, podendo para tanto elaborar, acompanhar e executar projetos e, ainda, promover a administração de ativos imobiliários de propriedade das Instituições parceiras.

§ 1º Para cada uma das atividades que a Comunidade Mar a Dentro exercer será dado um nome a ser regulamentado por protocolo, lavrado pelo Diretor Presidente da mesma, com aprovação da Diretoria.

§ 2º No desenvolvimento de suas atividades, a Comunidade Mar a Dentro observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

§ 3º A Comunidade Mar a Dentro atua por meio da execução direta de projetos, programas, planos de ações, ou por meio de doações de recursos físicos, humanos e financeiros, ou pela prestação de serviços intermediários de apoio.

ARTIGO 5º A Comunidade Mar a Dentro será regida pela legislação civil pertinente, juntamente com este Estatuto e poderá adotar um regimento interno que, após aprovado, completará e disciplinará disposições, bem como poderá estabelecer as normas complementares de organização e funcionamento constantes no estatuto.

 2

ARTIGO 6º A Comunidade Mar a Dentro não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social

CAPÍTULO SEGUNDO: Dos Sócios e Mantenedores, seus direitos e deveres.

ARTIGO 7º São sócios com direito a voto todos aqueles que forem admitidos como tais pela Comunidade Mar a Dentro, entre aqueles que fizerem compromisso através dos votos perpetuos, nos termos previstos no Regimento Interno.

§ Único: A Comunidade Mar a Dentro manterá, na Presidência, livro próprio de registro de sócios com direito a voto, admitidos na forma deste artigo, os quais subscreverão, com o Diretor Presidente e Diretoria o termo de sua admissão.

ARTIGO 8º Nenhum dos seus sócios, sejam instituidores ou não, administradores, colaboradores ou auxiliares da Comunidade Mar a Dentro, a qualquer título, não terá direito a remuneração, pró-labore, subsídio e nem responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da mesma.

ARTIGO 9º Comunidade Mar a Dentro poderá admitir sócios sem direito a voto, do qual dará nome de "Comunidade de Aliança Mar a Dentro" regida por um regimento interno próprio.

ARTIGO 10º Os sócios instituidores são membros vitalícios do Conselho Geral de Fundação da Comunidade Mar a Dentro.

ARTIGO 11º É dever dos sócios respeitar e cumprir o Estatuto e Regimento Interno da Comunidade Mar a Dentro, zelar pelos seus interesses, acatar e cumprir as decisões da Diretoria, do Conselho e da Assembléia Geral, colaborar efetivamente na realização dos fins institucionais da mesma e manter conduta compatível com seus objetivos.

ARTIGO 12º Os sócios terão, de acordo com a sua categoria, obrigações e direitos que serão regulamentados pelo Regimento Interno da Comunidade Mar a Dentro.

ARTIGO 13º O Regimento Interno da Comunidade Mar a Dentro deverá ser elaborado por uma comissão designada pelo Diretor Presidente para este fim.

§ Único: Este terá valor quando apresentado em reunião, ao Conselho Geral e aprovado pelo mesmo com homologação do Diretor Presidente, sendo lavrado em termo próprio para este ato.

 3

ARTIGO 14º Os sócios da Comunidade Mar a Dentro, os membros da Diretoria, os Conselheiros, bem como as outras categorias de sócios, não adquirem, por nenhum título, qualquer direito sobre o patrimônio da mesma.

ARTIGO 15º O sócio, ou conselheiro, ou membro da Diretoria, que deixar de fazer parte da Comunidade Mar a Dentro, deverá pedir por escrito, se dirigindo ao seu presidente, com, no mínimo, trinta dias de antecedência.

§ Único: Tendo saído da Comunidade Mar a Dentro o sócio não terá direito a qualquer restituição, subsídio, prestação de alimentos, pensão ou indenização pelo serviço que nela houver prestado ou pelos bens que a ela tiver doado.

ARTIGO 16º Para a obtenção de recursos e manutenção de suas atividades, a Comunidade Mar a Dentro contará com uma categoria de contribuintes e voluntários denominada Mantenedores, composta por pessoas jurídicas ou físicas que realizem contribuições em dinheiro ou bens, ou prestem serviços voluntários. Esta categoria não integra o quadro social da Comunidade, não possuindo, seus membros, a qualidade de associados.

§ 1º A categoria de mantenedores é composta pelas seguintes classes:

- a) Contribuintes: todas as pessoas físicas ou jurídicas, que contribuam regularmente com a Comunidade, através da doação de quantia financeira;
- b) Apoiadores: todas as pessoas físicas ou jurídicas, que participarem ativa e graciosamente das atividades da Comunidade, oferecendo regularmente apoio material e ou prestando trabalhos e serviços;
- c) Voluntários: todas as pessoas físicas prestadores de serviço voluntário, admitidas pela Diretoria, que deverão respeitar a legislação específica, inclusive firmar "Termo de Adesão de Trabalho Voluntário" e as demais normas e regras sobre o voluntariado adotado pela Comunidade.

§ 2º A Diretoria, segundo sua conveniência, poderá criar subdivisões nas respectivas classes de Mantenedores.

CAPÍTULO TERCEIRO: Da Administração,

ARTIGO 17º A Comunidade Mar a Dentro é administrada pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Fundação e pela Diretoria, assessorada por um Conselho Fiscal.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros escolhidos entre os sócios com direito a voto, pela Assembleia Geral, com o mandato de 6 (seis) anos.

§ 2º Cabe ao Conselho Fiscal por determinação do Diretor Presidente, examinar a prestação de contas do exercício, emitindo pareceres sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Social além de fiscalizar os atos administrativos e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

 4



ARTIGO 18º A Assembléia Geral é constituída pelo Conselho de Fundação e os sócios com direito a voto, admitidos conforme artigo 7º do presente Estatuto e Regimento interno, e a Diretoria da Comunidade Mar a Dentro.

§ Único: A Assembléia Geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano, sempre no dia 19 de março e extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor Presidente, mediante prévio e geral anúncio, através de edital afixado na sede da Comunidade, por circulares enviada por email ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10(dez) dias.

ARTIGO 19º As reuniões da Assembléia Geral serão sempre em sua sede e reúne-se em primeira convocação com a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos sócios com direito a voto, e em segunda e última convocação, uma hora depois, com qualquer número e delibera por maioria simples.

ARTIGO 20º Compete a Assembléia Geral:

- I. Votar a alteração do presente estatuto.
- II. Excluir sócios, por proposta da Diretoria, com aprovação do Conselho de Fundação;
- III. Examinar e aprovar o relatório anual de atividades e as contas da Diretoria;
- IV. Eleger a Diretoria da Comunidade Mar a Dentro;
- V. Elegar o Conselho Fiscal;
- VI. Votar os casos omissos a este Estatuto;
- VII. Garantir a autoridade administrativa da Comunidade Mar a Dentro.

§ Único: Quando das reuniões da Assembléia Geral a Presidência das mesmas caberá ao Diretor Presidente em exercício da Comunidade Mar a Dentro.

ARTIGO 21º A Diretoria da Comunidade Mar a Dentro é constituída por 4 (quatro) membros, eleitos pela Assembléia Geral, e um nomeado pelo Diretor Presidente e seus membros todos deverão ser sócios com direito a voto.

§ 1º O mandato do primeiro Diretor Presidente da Comunidade Mar a Dentro será vitalício, por ser ele o fundador da mesma, vacando por: morte, desistência ou livre decisão do mesmo.

§ 2º O prazo de gestão da Diretoria será de 6 (seis) anos, e vai até a posse dos novos membros eleitos.

§ 3º É permitida a reeleição para os membros da Diretoria.

§ 4º O Cargo indicado pelo Diretor Presidente será sempre o de Diretor de Administração e Finanças.



ARTIGO 22º Os cargos da Diretoria são:

- a) Diretor Presidente;
- b) Vice Diretor Presidente
- c) Diretor de Administração e Finanças;
- d) Diretor Secretário;
- e) Vice Diretor Secretário.

ARTIGO 23º À Diretoria é órgão competente para praticar todos os Atos de Administração e gestão ordinária dentro dos fins societários definidos no presente Estatuto.

ARTIGO 24º A Diretoria delibera por maioria simples, se reúne uma vez por mês e sempre que for convocada pelo Diretor Presidente.

§ Único: A Diretoria da Comunidade Mar a Dentro, quando de suas deliberações, lavrará ata em livro oficial e no caso de empate, nas deliberações, cabe ao Diretor Presidente o voto de desempate.

ARTIGO 25º Compete a Diretoria:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- II. Admitir e demitir empregados;
- III. Criar cargos e funções, e nomear os seus titulares;
- IV. Fazer Relatório Anual das Atividades, fazer a Prestação de contas Anual e elaborar orçamento para o próximo ano;
- V. Instituir um Fundo Patrimonial e ou Fundo Reserva para garantir a consecução das suas finalidades institucionais;
- VI. Criar coordenações, conselhos de natureza consultiva, comissões e comitês, inclusive indicando seus membros.

§1º Fundo Patrimonial e ou Fundo Reserva será composto de eventuais resultados, dotações da própria organização, doações específicas de pessoas físicas ou jurídicas.

ARTIGO 26º Compete ao Conselho Geral, ou Conselho de Fundação:

- I. Assessorar ao Diretor Presidente em todas as suas funções;
- II. Aprovar o Regimento Interno;
- III. Compor, em caráter vitalício a Assembléia Geral;
- IV. Dar o parecer em casos de aquisição ou alienação de bens;
- V. Elaborar estatutos, com aprovação do Diretor Presidente;
- VI. Opinar em situações extraordinárias e sempre que convocado.



ARTIGO 27º O Conselho de Fundação é composto pelos seus membros instituidores, e se reúne sempre que convocado pelo Diretor Presidente.

ARTIGO 28º Compete ao Diretor Presidente:

- I. A representação ativa e passiva da Comunidade;
- II. Convocar e presidir todas as reuniões da Assembléia Geral, Diretoria e Conselho de Fundação;
- III. Praticar todos os atos de administração ordinária, e extraordinária, em caso de extrema necessidade, observadas as normas contidas no presente Estatuto;
- IV. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, bem como assinar cheques, juntamente com o Diretor de Administração e Finanças;
- V. Exercer também o voto de desempate, além do voto comum;
- VI. Supervisionar todos os projetos da Comunidade Mar a Dentro;
- VII. Criar protocolo, ao abrir postos ou filiais da Comunidade Mar a Dentro;
- VIII. Nomear comissões especiais, por tempo determinado, em função de sua necessidade ou da Comunidade Mar a Dentro;
- IX. Resolver casos omissos, urgentes, a este Estatuto dando ciência à Diretoria.
- X. Assinar juntamente com o Diretor de Administração e Finanças escrituras, papéis e outros documentos, recibo, convênios, termos de parceria e demais outros atos que se fizerem necessários à administração da Comunidade;
- XI. Constituir procurador, quando julgar necessário;
- XII. Em caso de impedimento, o mesmo será substituído pelo Vice Diretor Presidente.

§ Único: A substituição somente será legal com autorização escrita do titular ou nos previstos no Artigo 20 § 1.

ARTIGO 29º Compete ao Vice Diretor Presidente substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos conforme parágrafo único do Artigo 28.

ARTIGO 30º Compete ao Diretor de Administração e Finanças:

- I. Exercer as funções habituais deste cargo, zelando pelo equilíbrio financeiro da Comunidade, e pelo registro da parte contábil;
- II. Administrar e aplicar os haveres da Comunidade, de acordo com as instruções da Diretoria;
- III. Substituir o Vice Diretor Presidente em seus impedimentos e ser substituído pelo Vice Diretor Secretário, também em seus impedimentos, sempre com autorização do Diretor Presidente.



- IV. Assinar juntamente com o Diretor Presidente: cheques, contas bancárias, documentos, recibos e outros conforme Artigo 28 alíneas "IV e IX" do presente Estatuto;
- V. Nomear o Ecônomo, juntamente com a aprovação do Diretor Presidente, para assessorá-lo na administração da Comunidade.

ARTIGO 31º Compete ao Diretor Secretário:

- I. Organizar e ter sob sua guarda e responsabilidade livros, relatórios, atas, fichários e demais documentos da Comunidade;
- II. Lavrar as atas das reuniões da Diretoria, Conselho e Assembléia Geral, e outras que se fizerem necessário;
- III. Receber, encaminhar e preparar as correspondências;
- IV. Ser substituído pelo Vice Diretor Secretário impedimentos.

ARTIGO 32º Compete ao Vice Diretor Secretário:

- I. Assessorar a Diretoria em todas as suas necessidades e sempre que convocado;
- II. A divulgação, marketing e representação social da Comunidade;
- III. Ser o Porta-voz da Comunidade Mar a Dentro, sempre que designado pela diretoria;
- IV. Exercer a função de Promotor Vocacional;
- V. Substituir o Diretor Secretário em seus impedimentos.

ARTIGO 33º Aos Diretores compete o desempenho das funções, das atribuições administrativas e de gestão que lhes forem conferidas, e colaborar com o Diretor Presidente na condução dos objetivos da Comunidade, dentro dos respectivos setores.

§ Único: No caso de impedimento temporário, superior a 30 (trinta) dias, caberá ao Diretor Presidente a designação de membro para substituição até o retorno do membro ausente.

CAPÍTULO QUARTO: Das Fontes de Recurso e do Patrimônio

ARTIGO 34º Constituem Fontes de Recursos da Comunidade, para manutenção e desenvolvimento de suas atividade:

- I. As contribuições dos Mantenedores;
- II. As doações ou auxílios que lhe sejam destinados por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou internacional quando realizadas para fim específico ou não e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos das administração direta ou indireta;

 8

- III. Legados, heranças, direitos, créditos e ou quaisquer contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, associados ou não;
- IV. Os valores recebidos de auxílios, subvenções e contribuições ou resultantes de convênios, contratos e termos de parceria ou de cooperação firmados com o Poder Público ou entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, destinados ou não à incorporação em seu patrimônio;
- V. Os bens e valores que sejam destinados, na forma da lei, pela extinção de instituições similares;
- VI. As receitas decorrentes de campanhas, programas e ou projetos específicos;
- VII. As rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- VIII. O usufruto instituído em seu favor;
- IX. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- X. Rendimentos produzidos por todos os seus direitos e atividades realizadas para a consecução dos seus objetivos sociais, tais como, mas não se limitando a prestação de serviços, comercialização de produtos, rendas oriundas de direitos autorais e ou propriedade industrial.

§ Único: Todos os bens, rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais na forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo reserva.

ARTIGO 35º O Patrimônio da Comunidade Mar a Dentro será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública

CAPÍTULO QUINTO: Disposições Gerais

ARTIGO 36º A Comunidade Mar a Dentro não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

§ Único: Todas as receitas eventualmente verificadas só poderão ser aplicadas após a aprovação da Diretoria.

ARTIGO 37º Quando das propriedades de bens imóveis, os mesmos serão para uso das finalidades da Comunidade Mar a Dentro, não podendo serem usados para outros fins.





ARTIGO 38º A Comunidade Mar a Dentro poderá ser dissolvida por deliberação unânime da Assembléia Geral, sendo que enquanto tiver na sua administração geral o Diretor Presidente Fundador, esta decisão só terá validade, com a aprovação do mesmo, em documento escrito, com efeitos legais, registrados em cartório.

ARTIGO 39º Ocorrendo a dissolução da Comunidade Mar a Dentro, o patrimônio social e bens, descontando o passivo e respeitadas as doações condicionais acaso a ela feitas, bem como os direitos de terceiros, serão destinados a uma Associação, com os mesmos objetivos, legalmente constituída, ou em constituição, tendo presentes e cumprindo todos dispositivos legais.

§ Único: Caberá a Assembléia Geral, ao Conselho de Fundação e a Diretoria a distinção dos bens, no caso do Artigo 39, resguardo ao Diretor Presidente Fundador aprovação final para que este ato seja legal, enquanto o mesmo estiver a frente da Administração da Comunidade.

ARTIGO 40º Cada sócio indenizará a Comunidade, dos prejuízos que esta sofrer por sua culpa.


ARTIGO 41º O exercício do ano social terá início em primeiro de janeiro e findará no dia trinta e um de dezembro.

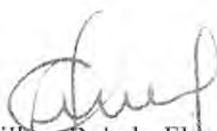
ARTIGO 42º A prestação de contas da Comunidade observará no mínimo os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade segundo a legislação pertinente.

ARTIGO 43º São membros instituidores: Antônio Dilben Rabelo Fleming, RG M-1.619.019 SSP-MG; Douglas Cardoso Metran, RG 10.556.847 SSP-MG; Mônica Beatriz Perroni Lopes, RG M-4.993.697 SSP-MG e Marcelo José da Silva Sampaio, RG 07.743.182-3 IFP-RJ; todos brasileiros maiores, residentes e domiciliados na cidade de Iturama, Minas Gerais, formando o Conselho de Fundação da Comunidade Mar a Dentro.

ARTIGO 44º A Comunidade Mar a Dentro é de duração indeterminada.

ARTIGO 44º O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em partes em qualquer tempo, observando-se as regras nele previstas e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.


Darke Lenk de Matos
OAB-MG 27.764


Antônio Dilben Rabelo Fleming
Diretor Presidente Fundador
CPF: 447.627.396-34
RG: M-1/619.019





Ata da Quadragésima Oitava Reunião Extraordinária da Diretoria da Comunidade Mar a Dentro Associação Privada de Fiéis.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na sede da Comunidade Mar a Dentro, sito a Fazenda Santa Rosa, na cidade de Iturama, no Estado de Minas Gerais, por convocação do Diretor Presidente Antonio Dilben Rabelo Fleming, reuniram-se em Assembleia Geral os membros do Conselho e da Diretoria da Comunidade Mar a Dentro. Após orações iniciais foi lida a pauta: **1ª posse da Nova Diretoria eleita na quadragésima sexta reunião extraordinária em trinta de janeiro deste mesmo ano**, sendo composta por: Diretor Presidente Antonio Dilben Rabelo Fleming, RG M1619019 e CPF 447.627.396-34; Diretor de Administração e Finanças Pe. Douglas Cardoso Metran, RG 10556847 e CPF 120.681.048-30; Diretor Secretário Pe. Marcelo José da Silva Sampaio, RG 07743182-3 e CPF 004.996.247-33; Assessores de Diretoria e Relações Públicas: Mônica Beatriz Perroni Lopes RG M4993697 e CPF 714.098.316-04 e Pe. João Paulo Ferreira de Macedo RG 7.763.742-7 e CPF 005.084.259-56, **2ª Eleição e posse do Conselho Fiscal e 3ª Reforma dos Estatutos da Comunidade Mar a Dentro**. Deu-se início à posse dos membros eleitos sendo de seis anos o mandato da referida diretoria a contar desta data, em seguida deu-se início a eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato de seis anos, a contar da data de posse, foram apresentados os seguintes nomes para apreciação e aprovação: Morgana Colombo Nadin RG 4.962.162-0 e CPF 017.380.449-71, Silvio Sirineu Stumpf da Rosa RG 7.547.708-2 e CPF 037.482.909-85 e Gildásio Vilanova RG 1020067 e CPF 415.451.925-53, os membros foram aceitos e aprovados por unanimidade ficando empossados os eleitos. Dando continuidade aos trabalhos foi apresentada a reforma do Estatuto e após o devido estudo feito pela Assembleia Geral e com a aprovação do Diretor Presidente Fundador Antonio Dilben Rabelo Fleming ficou decidido por unanimidade como se segue: no Artigo 1 acrescentou o nome Comunidade Católica Mar a Dentro, e onde no Estatuto era escrito sociedade passou a ser associação, acrescentou-se também sem fins lucrativos, de caráter religioso e foi alterado o endereço da atual sede para sede e foro na Cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, Fazenda Santa Rosa, zona Rural CEP 38280-000, regida pelo presente estatuto e pelo disposto na legislação vigente, sendo sua duração por prazo indeterminado. No Artigo 2 em vez de Sociedade colocamos o nome da Comunidade Mar a Dentro onde em todo o Estatuto será trocado e acrescentou a seguinte redação as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral em consonância com a legislação vigente. No Artigo 3 foi modificado ficando com a seguinte redação ARTIGO 3: A Comunidade Mar a Dentro tem por finalidade: I. Promover programas de assistência religiosa e de saúde; II. Incentivar e promover a cultura; III. Promover a educação básica e profissional; IV. Promover programas ambientais, a defesa, a preservação e conservação do meio ambiente e incentivar o desenvolvimento



sustentável; V. Promover programas sociais; VI. Promover atividades e programas de esporte, lazer e atividades recreativas; VII. Promover a assistência social – atendendo a todos os públicos interessados incluindo: crianças, adolescentes, jovens, adultos, homens, mulheres, idosos, portadores de deficiência física e todas as minorias da sociedade; VIII. Promoção programas de desenvolvimento econômico e social; IX. Promover o voluntariado. O Artigo 3 ficou como Artigo 4 com algumas alterações Artigo 4º ficou: para o desenvolvimento e a realização de suas finalidades, a Sociedade e objetivos sociais, a Comunidade Mar a Dentro poderá utilizar de todos os meios permitidos em lei e as alíneas alfabéticas foram trocadas por algarismo romano, isso acontecerá em todos os artigos que tinham alíneas alfabéticas. Na alínea g ou VII sofreu alterações ficando com a seguinte redação: g) VII. manter creches, orfanatos, jardins de infância, casa de repouso, hospitais, clínicas, clínica de recuperação de viciados e dependentes químicos, bem como prestar serviços a terceiros e exercer atividades correlatas; e a inclusão das alíneas IX. manter Centro de Formação e Evangelização, casas de retiro, visando a educação social, emocional, moral e religiosa do ser humano; X. desenvolver projetos e atividades de caráter cultural, relacionadas direta ou indiretamente à finalidade da associação; XI. promover e firmar convênio com órgãos Municipais, Estaduais e Federais para a execução de suas finalidades; XII. promover projetos em parcerias com órgãos públicos e entidades públicas na esfera Federal, Estadual, Distrito Federal e Municipal, bem como Organismos Internacionais e Entidades Privadas de âmbito Nacional e Internacional, podendo para tanto elaborar, acompanhar e executar projetos e, ainda, promover a administração de ativos imobiliários de propriedade das Instituições parceiras. Foram acrescentado mais dois parágrafos neste artigo ficando com as seguintes redações: § 1º Para cada uma das atividades que a Comunidade Mar a Dentro exercer será dado um nome a ser regulamentado por protocolo, lavrado pelo Diretor Presidente da mesma, com aprovação da Diretoria. § 2º No desenvolvimento de suas atividades, a Comunidade Mar a Dentro observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. § 3º A Comunidade Mar a Dentro atua por meio da execução direta de projetos, programas, planos de ações, ou por meio de doações de recursos físicos, humanos e financeiros, ou pela prestação de serviços intermediários de apoio. Com a entrada do artigo 3º tivemos alterações na numeração dos demais artigos. O Artigo 4 ficou com a seguinte redação: ARTIGO 5: A Comunidade Mar a Dentro será regida pela legislação civil pertinente, juntamente com este Estatuto e poderá adotar um regimento interno que, após aprovado, completará e disciplinará disposições, bem como poderá estabelecer as normas complementares de organização e funcionamento constantes no estatuto. No Artigo 5 que agora será Artigo 7. acrescentou-se a uma nova redação ARTIGO 7: São sócios com direito a voto todos aqueles que forem admitidos como tais pela Comunidade Mar a Dentro, entre aqueles que fizerem compromisso através dos votos perpétuos, nos termos previstos no Regimento Interno. § Único: A Comunidade Mar a Dentro manterá, na Presidência, livro próprio de registro de sócios

Substituto